
Ranking de Notícias: Especial sobre advocacia e ditadura foi destaque

Ao longo desta semana a **ConJur** publicou uma série de notícias e artigos relacionados ao golpe militar, que completou 50 anos. Em uma das notícias os advogados contam [estratégias usadas durante o governo militar](#). Em outra reportagem são analisados [os pecados e milagres da comunidade jurídica](#). “Além de atos de vilania por parte de uns poucos, e de conformismo da grande maioria, a história registra também exemplos de heroísmo e de grandeza deixados por homens e mulheres da Justiça e do Direito na luta da resistência contra o regime dos generais”, diz trecho da notícia. Em uma terceira reportagem, a **ConJur** lembra o difícil [desafio de defender presos políticos](#) durante o golpe. *Clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ler as notícias.*

Código de Ética

O artigo 38 do anteprojeto de novo Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil tem preocupado criminalistas. O texto prevê renúncia à defesa se o profissional souber que algum inocente está sendo acusado de crime no lugar de cliente que se declarou culpado. Para alguns criminalistas, a proposta afronta o dever do advogado, de defender a todos que o procuram, sem levar em conta sua própria opinião sobre a culpa do acusado. Para outros, o debate é bem-vindo, porque a situação é realmente delicada e merece atenção. *Clique [aqui](#) para ler as notícias.*

Efeito vinculante

Justiça Federal em São Paulo decidiu que, mesmo com decisão favorável transitada em julgado, parte que reabre discussão em um novo processo pode ter argumento rejeitado, pois fica exposto às teses recentes do Supremo Tribunal Federal. Com base no efeito vinculante das análises de mérito da Suprema Corte, a Justiça Federal negou tentativa de uma construtora de receber de volta contribuições pagas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

ESPECIAIS

Entrevista de domingo

Em entrevista à revista **Consultor Jurídico**, o advogado trabalhista e professor da USP Nelson Mannrich afirma que o Brasil perdeu o momento de discutir a terceirização no Congresso Nacional e deixou para o Judiciário definir os critérios e limites para esse tipo de contratação. “Sem uma lei regulando a terceirização, o TST vai ocupar esse espaço se arvorando a legislador. Ou, pelo menos, como não tem uma lei que diga quais são as regras, as diretrizes, quais são os limites da terceirização, vai aflorar uma visão ideologia para dizer que é assim, não assado”, diz. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista*

Coluna da semana

Na coluna Paradoxo da Corte, o advogado e professor José Rogério Cruz e Tucci afirma que o Conselho Nacional de Justiça, em 2012, assegurou dignidade aos advogados ao determinar que os tribunais disponibilizem um assento apropriado para que possam acompanhar seus julgamentos sentados. “O CNJ reconheceu as prerrogativas profissionais dos advogados, uma vez que ele representa o cidadão no

juízo e é um dos protagonistas da Justiça”, diz Tucci, citando Ricardo Toledo Santos Filho. [Clique aqui](#) para ler a coluna.

Artigo da semana

Três artigos publicados ao longo desta semana também trataram da ditadura militar. No dia 30 de março, o advogado [Paulo Sérgio Leite Fernandes](#) narrou a história vivenciada por ele durante o golpe, quando recebeu uma arma que era distribuída por um delegado para combater os comunistas. No dia 31 de março, o criminalista [Técio Lins e Silva](#) publicou artigo afirmando que os advogados foram fundamentais na resistência à ditadura. “Não fosse a tenacidade, bravura, criatividade, desprendimento, generosidade e competência dos advogados brasileiros, nossa História seria outra”, diz. Também no dia 31 de março, o advogado [José Carlos Dias](#) conta sobre o trabalho na Comissão Nacional da Verdade e lembra: “É preciso extirpar as metástases da ditadura que ainda perduram”. [Clique aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ler os artigos.

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 521 mil visitas e teve 1,1 milhão de visualizações de página de 28 de março a 3 de abril. A quinta-feira (3/4) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 93,8 mil visitas.

Com 9,3 mil de visualizações, o texto mais lido de 2009 sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre danos morais, que já conta com mais de 56 mil compartilhamentos no Facebook. [Clique aqui](#) para ler a notícia.

Com 6,8 mil visualizações, a segunda notícia mais lida foi sobre a decisão do ministro Luís Roberto Barroso ao negar um pedido de antecipação de tutela feito pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que pede aposentadoria especial para juizes. Segundo o ministro, o risco não pode ser tido como condição inerente ao exercício da magistratura. [Clique aqui](#) para ler.

As 10 mais lidas

[STJ define valor de indenizações por danos morais](#)
[Risco não é inerente à atividade de juiz, decide Barroso](#)
[PGR critica suspensão de ações sobre TR em FGTS](#)
[TRF-2 condena site que oferece serviços jurídicos por R\\$ 150](#)
[Abaixo a “ditadura brasileira”! “Podres Poderes”!](#)
[Tragédia dos erros na UFSC e os abusos em nome do Direito](#)
[Casais devem compreender comunhão parcial de bens](#)
[Porte de droga para uso pessoal não é crime, decide juiz do RJ](#)
[Terceirizado tem direito a equiparação salarial com empregado](#)
[Nova ação segue STF, não coisa julgada com mesmo tema](#)

Manchetes da Semana

[Google tem de permitir acesso a e-mails de acusado de fraude](#)
[Novo Código de Ética da OAB preocupa advogados criminalistas](#)

[Maioria no STF vota contra doações eleitorais de empresa](#)
[PGR critica decisão que suspendeu ações sobre TR e FGTS](#)
[Terceirizado tem equiparação salarial com empregado público](#)
[Os heróis da advocacia na resistência ao regime dos gerais](#)
[Nova ação segue entendimentos do Supremo, não coisa julgada](#)
[Os pecados e os milagres da comunidade jurídica na ditadura](#)
["Sem lei sobre terceirização, TST atuará como legislador"](#)
[Advogados contam como superaram limitações da ditadura](#)
[Incriminar usuário de droga piora situação, afirma sentença](#)
[Trânsito em julgado pode ocorrer em momentos diferentes](#)
[Site que oferece serviços jurídicos por R\\$ 150 é condenado](#)

Date Created

05/04/2014